

DANIEL MOREIRA DO PATROCÍNIO

***DIREITO
EMPRESARIAL***

*TEORIA GERAL
DIREITO SOCIETÁRIO
TÍTULOS DE CRÉDITO
RECUPERAÇÃO DE EMPRESA
FALÊNCIA*

2009

editora
Juarez de Oliveira

DIREITO EMPRESARIAL

Daniel Moreira do Patrocínio

1ª edição, 2009

EDITORA JUAREZ DE OLIVEIRA LTDA.
Editor responsável: *Juarez de Oliveira*
Capa: *Erico Paulin Gabriel*

CIP BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

P342d

Patrocínio, Daniel Moreira do

Direito empresarial: teoria geral, direito societário, títulos de crédito, recuperação de empresa, falência / Daniel Moreira do Patrocínio. – São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2009.

416 p.; 16x23cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7453-675-0

1. Direito empresarial – Brasil. 2. Sociedades comerciais – Brasil. 3. Títulos de crédito – Brasil. 4. Falência. 5. Sociedades comerciais – Recuperação – Brasil. I. Título.

09-0704

CDU: 347.7(81)

EDITORA JUAREZ DE OLIVEIRA LTDA.
Rua Conselheiro Furtado, 648, 1º andar – Liberdade
São Paulo/SP – CEP 01511-000 – Telefax (11) 3399-3663
www.juarezdeoliveira.com.br
e-mail: editora@juarezdeoliveira.com.br

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos.

ÍNDICE

1. TEORIA GERAL	1
1.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E CONCEITO	1
1.2 FONTES	5
1.3 EMPRESÁRIO E EMPRESA	7
1.3.1 Atividades de natureza intelectual	11
1.3.2 Atividade intelectual como elemento de empresa	12
1.4 REGISTRO DO EMPRESÁRIO	15
1.5 CAPACIDADE PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL	18
1.6 ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL	20
1.6.1 Aviamento e clientela	24
1.6.2 Ponto Empresarial	26
1.7 NOME EMPRESARIAL	31
1.8 PREPOSTOS	35
1.9 LIVROS EMPRESARIAIS	40
1.10 PROPRIEDADE INDUSTRIAL	45
1.10.1 Noções gerais	45
1.10.2 Evolução histórica e legislação brasileira	47
1.10.3 Patente	48
1.10.3.1 Invenção e modelo de utilidade	49
1.10.3.2 Patenteabilidade	50
1.10.3.3 Direito de prioridade	51
1.10.3.4 Procedimento para concessão da patente	52
1.10.3.5 Vigência da patente	53
1.10.3.6 Cessão e licenças	53
1.10.3.7 Licenciamento compulsório	54
1.10.3.8 Extinção da patente	54
1.10.3.9 Empregado, empregador e o direito à patente	55
1.10.4 Registro	56
1.10.4.1 Marcas	56
1.10.4.2 Requisitos para a concessão do registro de marca	57

1.10.4.3	Marca de alto renome e marca notoriamente conhecida	60
1.10.4.4	Direito de prioridade	61
1.10.4.5	Legitimidade para requerer o registro de marca	61
1.10.4.6	Direitos concedidos ao titular do registro da marca	62
1.10.4.7	Prazo de vigência	63
1.10.4.8	Extinção do registro da marca	64
1.10.4.9	Desenho industrial	64
1.10.4.10	Legitimidade para requerer o registro de desenho industrial	65
1.10.4.11	Requisitos para concessão do registro de desenho industrial	65
1.10.4.12	Direito de prioridade	66
1.10.4.13	Direitos concedidos ao titular do registro de desenho industrial	66
1.10.4.14	Prazo de vigência	67
1.10.4.15	Extinção do registro de desenho industrial	68

2. DIREITO SOCIETÁRIO

PARTE I

SOCIEDADES CONTRATUAIS	69
2.1 SOCIEDADES	69
2.1.1 Sociedades de pessoas e de capitais	71
2.1.2 Sociedades simples e empresárias	72
2.1.3 Sociedades personificadas e despersonificadas	74
2.1.4 Sociedades de responsabilidade ilimitada, limitada ou mista	74
2.2 DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA ..	75
2.3 SOCIEDADES EM ESPÉCIE	79
2.4 SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS	79
2.4.1 Sociedade em Comum	79
2.4.2 Sociedade em Conta de Participação	82
2.5 SOCIEDADES PERSONIFICADAS	84
2.5.1 Sociedade simples	84
2.5.1.1 Do contrato social	86
2.5.1.2 Dos direitos e obrigações dos sócios	87
2.5.1.3 Deliberações	89
2.5.1.4 Administração	90

2.5.1.5	Atos <i>ultra vires</i> , excesso de poder e teoria da aparência	91
2.5.1.6	Responsabilidade dos administradores ..	94
2.5.1.7	Indelegabilidade do cargo e destituição ..	94
2.5.1.8	Responsabilidade dos sócios pelas obrigações da sociedade simples	95
2.5.1.9	Falecimento do sócio e direito de retirada	97
2.5.1.10	Exclusão do sócio	99
2.5.1.10.1	Exclusão judicial por justa causa	99
2.5.1.10.2	Exclusão judicial por incapacidade superveniente	99
2.5.1.10.3	Exclusão de pleno direito	100
2.5.1.10.4	Liquidação da quota	100
2.5.1.11	Dissolução	102
2.5.2	Sociedade em Nome Coletivo	103
2.5.3	Sociedade em Comandita Simples	105
2.5.4	Sociedade Limitada	106
2.5.4.1	Noções gerais	106
2.5.4.2	Responsabilidade limitada dos sócios pelas obrigações sociais	107
2.5.4.3	Regência supletiva	110
2.5.4.4	Quotas sociais	110
2.5.4.5	Administração	114
2.5.4.6	Conselho Fiscal	116
2.5.4.7	Deliberações dos sócios	117
2.5.4.8	Aumento do capital social	122
2.5.4.9	Redução do capital social	123
2.5.4.10	Resolução da sociedade em relação a sócios minoritários	125
2.5.4.11	Da dissolução	126
2.5.5	Liquidação	126

PARTE II

SOCIEDADES POR AÇÕES	129
3.1 SOCIEDADE ANÔNIMA	129
3.1.1 Evolução histórica	129
3.1.2 Noções gerais. Características	130
3.1.3 Capital Social	131
3.1.4 Companhias Abertas e Fechadas	132
3.1.5 Valores Mobiliários	134

3.1.5.1	Ações	135
3.1.5.1.1	Ações ordinárias	136
3.1.5.1.2	Ações preferenciais	136
3.1.5.1.3	Ações de fruição	138
3.1.5.1.4	Classe de ações	139
3.1.5.1.5	Ações nominativas registra- das e nominativas escriturais	139
3.1.5.1.6	Valor das ações	141
3.1.5.1.7	Diluição da participação so- cietária x diluição do valor patrimonial das ações	142
3.1.5.1.8	Indivisibilidade das ações e negociação com as próprias ações	144
3.1.5.1.9	Constituição de direitos reais e outros ônus	146
3.1.5.1.10	Resgate, amortização e reem- bolso	147
3.1.5.2	Partes beneficiárias	148
3.1.5.3	Debêntures	149
3.1.5.3.1	Noções gerais	149
3.1.5.3.2	Vencimento, amortização e resgate	150
3.1.5.3.3	Dos direitos conferidos aos debenturistas	151
3.1.5.3.4	Espécies	151
3.1.5.3.5	Emissão	152
3.1.5.3.6	Agente fiduciário	153
3.1.5.3.7	Assembleia de debenturistas	155
3.1.5.4	Bônus de subscrição	155
3.1.6	Constituição da companhia	156
3.1.6.1	Constituição mediante subscrição públi- ca	156
3.1.6.2	Constituição por subscrição particular	157
3.1.6.3	Formalidades complementares	158
3.1.7	Acionista	159
3.1.7.1	Noções gerais	159
3.1.7.2	Dever de integralizar e o acionista remis- so	160
3.1.7.3	Direitos essenciais	161
3.1.7.4	Direito de voto	163

3.1.7.5	Abuso do direito de voto e conflito de interesses	164
3.1.7.6	Acionista controlador	165
3.1.8	Acordo de acionistas	169
3.1.8.1	Noções gerais	169
3.1.8.2	Espécies de acordo de acionistas	170
3.1.8.3	Execução específica e autotutela do acordo	173
3.1.9	Assembleia-Geral	176
3.1.9.1	Noções gerais	176
3.1.9.2	Convocação	177
3.1.9.3	Quorum de instalação	178
3.1.9.4	Quorum de deliberação	179
3.1.9.5	Ata da assembleia	181
3.1.9.6	Assembleia-Geral Ordinária	181
3.1.9.7	Assembleia-Geral Extraordinária	182
3.1.9.8	Acionista dissidente	182
3.1.10	Administradores	185
3.1.10.1	Conselho de Administração	186
3.1.10.1.1	Composição	186
3.1.10.1.2	Voto múltiplo	186
3.1.10.1.3	Eleição em separado	187
3.1.10.1.4	Competência	188
3.1.10.2	Diretoria	188
3.1.10.2.1	Composição	188
3.1.10.2.2	Representação	189
3.1.10.3	Deveres dos administradores	189
3.1.10.4	Responsabilidade dos administradores ..	191
3.1.10.5	Ação de responsabilidade	195
3.1.11	Conselho Fiscal	198
3.1.12	Modificação do Capital Social	199
3.1.12.1	Noções gerais	199
3.1.12.2	Intangibilidade do capital social	200
3.1.12.3	Aumento do capital social	201
3.1.12.4	Direito de preferência	202
3.1.12.5	Redução do capital social	203
3.1.13	Demonstrações financeiras	204
3.1.13.1	Lucro	205
3.1.13.2	Reservas	205
3.1.13.3	Dividendos	206
3.1.14	Dissolução, Liquidação e Extinção	207
3.1.14.1	Dissolução	207

3.1.14.2	Liquidação	209
3.1.14.3	Extinção.....	210
3.1.15	Sociedade de economia mista	210
3.1.16	Subsidiária integral	211
3.1.17	Alienação do poder de controle	212
3.1.18	Prazos de prescrição	213
3.2	SOCIEDADE EM COMANDITA POR AÇÕES	215
PARTE III		
OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS E CONTRATOS ASSOCIATIVOS		217
4.1	TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO	217
4.1.1	Transformação	217
4.1.2	Incorporação, Fusão e Cisão	218
4.1.2.1	Incorporação	219
4.1.2.2	Fusão	220
4.1.2.3	Cisão	221
4.1.2.4	Direitos dos credores na incorporação, fusão e cisão	221
4.2	GRUPO DE SOCIEDADES	223
4.3	CONSÓRCIO	224
5.	TÍTULOS DE CRÉDITO	227
5.1	NOÇÕES GERAIS	227
5.2	IMPORTÂNCIA ECONÔMICA	228
5.3	PRINCÍPIOS	228
5.3.1	Literalidade	229
5.3.2	Cartularidade ou incorporação	229
5.3.3	Autonomia	230
5.3.4	Abstração	231
5.3.5	Inoponibilidade de exceções pessoais	231
5.4	DECLARAÇÕES CAMBIAIS	233
5.5	DEVEDORES CAMBIAIS	234
5.6	SOLIDARIEDADE CIVIL X SOLIDARIEDADE CAMBIAL ...	235
5.7	CLASSIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO	236
5.8	TÍTULOS DE CRÉDITO NO CÓDIGO CIVIL	238
5.9	LETRA DE CÂMBIO	239
5.9.1	Requisitos	240
5.9.2	Saque	241
5.9.3	Aceite	241
5.9.4	Endosso	244
5.9.4.1	Endosso x Cessão Civil	248
5.9.5	Aval	249

5.9.6	Vencimento	253
5.9.7	Pagamento	253
5.9.7.1	<i>Pro soluto x pro solvendo</i>	254
5.9.8	Protesto	257
5.10	ACÇÃO CAMBIAL	259
5.10.1	Prescrição	260
5.10.2	Defesas Cambiais	263
5.11	NOTA PROMISSÓRIA	265
5.12	CHEQUE	268
5.12.1	Espécies de cheque	268
5.12.2	Prazo para apresentação	270
5.12.3	Prazo para liquidação	271
5.12.4	Cheque pós-datado (pré datado)	272
5.12.5	Sustação	273
5.12.6	Protesto do cheque	274
5.12.7	Ações cambiais do cheque	275
5.13	DUPLICATAS	277
5.13.1	Características	278
5.13.2	Espécies de duplicata	279
5.13.3	Requisitos	280
5.13.4	Remessa para aceite	280
5.13.5	Aceite na duplicata	282
5.13.6	Endosso	283
5.13.7	Aval	284
5.13.8	Vencimento	284
5.13.9	Protesto	285
5.13.10	Desmaterialização das duplicatas	287
5.13.11	Prescrição	288
5.13.12	Duplicata simulada	289
6.	RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIAS	291
6.1	INTRODUÇÃO	291
6.2	DESTINAÇÃO LEGAL	292
6.3	O JUIZ E O MINISTÉRIO PÚBLICO	293
6.4	ADMINISTRADOR JUDICIAL	294
6.5	ASSEMBLEIA-GERAL DE CREDORES	297
6.6	COMITÊ DE CREDORES	304
6.7	VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS	305
6.8	RECUPERAÇÃO JUDICIAL	310
6.8.1	Noções gerais	310
6.8.2	Legitimidade ativa	312
6.8.3	Créditos alcançados pela recuperação judicial	313

6.8.4	Meios de recuperação judicial	314
6.8.5	Pedido de recuperação	317
6.8.6	Processamento da recuperação judicial	319
6.8.7	Plano de recuperação	322
6.8.8	Apreciação do plano de recuperação pelos credores	323
6.8.9	Certidões tributárias e concessão da recuperação judicial	324
6.8.10	<i>Cram down</i> – Imposição judicial do plano de recuperação	325
6.8.11	Sentença que concede a recuperação judicial	327
6.8.12	Cumprimento do plano de recuperação	327
6.8.13	Gestor judicial	328
6.8.14	Encerramento da recuperação judicial	330
6.8.15	Plano especial de recuperação judicial. Micro e pequenas empresas	330
6.8.16	Convolução da recuperação judicial em falência	332
6.9	FALÊNCIA	334
6.9.1	Universalidade e indivisibilidade do juízo da falência	335
6.9.2	Vencimento antecipado das obrigações do falido	337
6.9.3	Responsabilidade dos sócios na falência da sociedade empresária	338
6.9.4	Credores extraconcursais	340
6.9.5	Credores concursais	341
6.9.5.1	Trabalhista	341
6.9.5.2	Com garantia real	342
6.9.5.3	Tributário	342
6.9.5.4	Comprivilégio especial	343
6.9.5.5	Com privilégio geral	344
6.9.5.6	Quirografários	344
6.9.5.7	Subquirografários	345
6.9.5.8	Subordinados	345
6.9.6	Pedido de restituição e embargos de terceiro	345
6.9.7	Do pedido de falência. Procedimento e hipóteses de cabimento	347
6.9.7.1	Impontualidade	348
6.9.7.2	Execução frustrada	350
6.9.7.3	Atos de falência	352
6.9.7.3.1	Liquidação precipitada de ativos	353

6.9.7.3.2	Realização de negócio simulado	353
6.9.7.3.3	Transferência do estabelecimento empresarial a terceiro .	353
6.9.7.3.4	Transferência simulada do principal estabelecimento	354
6.9.7.3.5	Concessão de garantia real a credor	354
6.9.7.3.6	Abandono de estabelecimento	355
6.9.7.3.7	Descumprimento do plano de recuperação	355
6.9.8	Procedimento do processo de falência	356
6.9.8.1	Petição inicial	357
6.9.8.1.1	Autofalência	357
6.9.8.1.2	Falência requerida pelo credor	358
6.9.8.2	Das defesas no processo de falência	359
6.9.8.3	Depósito elisivo	361
6.9.8.4	Legitimidade para requerer falência	362
6.9.8.4.1	Autofalência	362
6.9.8.4.2	Legitimados para requerer a falência do empresário	363
6.9.8.5	Sentença falimentar	364
6.9.8.6	Termo legal da falência	365
6.9.8.7	Providências determinadas pela sentença	366
6.9.8.8	Recursos cabíveis	368
6.9.8.9	Indenização em caso de improcedência do pedido de falência	368
6.9.9	Inabilitação empresarial	369
6.9.10	Direitos e deveres do falido	370
6.9.11	Da arrecadação e da custódia de bens	371
6.9.12	Efeitos da decretação da falência sobre as obrigações do devedor	372
6.9.13	Efeitos da falência em relação aos contratos do falido	373
6.9.14	Mandatos outorgados pelo falido	375
6.9.15	Contas correntes bancárias	375
6.9.16	Compensação na falência	375
6.9.17	Contratos de sociedade	376
6.9.18	Juros incidentes sobre as dívidas do falido	376
6.9.19	Ineficácia e revogação de atos do falido	376

6.9.19.1	Atos ineficazes (art. 129 da LREF)	378
6.9.19.2	Atos revogáveis (art. 130 da LREF)	380
6.9.19.3	Procedimento	382
6.9.20	Realização do Ativo	382
6.9.21	Pagamento aos credores	384
6.9.22	Encerramento da falência.....	386
6.9.23	Extinção das obrigações do falido	387
6.10	RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL	388
6.10.1	Créditos excluídos da recuperação extrajudicial.	389
6.10.2	Procedimento da recuperação extrajudicial.....	389
6.10.3	Processamento do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial.....	391
BIBLIOGRAFIA		393

PREFÁCIO

É com grande honra e felicidade que apresento a obra Direito Empresarial de Daniel Moreira do Patrocínio.

O autor foi nosso brilhante aluno durante o seu curso de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado em Direito Empresarial, na Faculdade de Direito Milton Campos.

Ainda durante o seu mestrado, o Autor, advogado atuante no Direito Empresarial, lançou-se ao início da carreira na docência em Direito e o fez muito bem.

A presente obra reflete a redação da lavra de um professor que combina a experiência da prática do Direito Empresarial com o dia a dia das salas de aula, sempre tão rico em discussões e questionamentos. Trata-se, pois, de um texto que traz em seu bojo o rigor da pesquisa acadêmica, aliado ao viés pragmático que o estudo do Direito Empresarial muitas vezes requer.

O tema é relevante e instigante para os estudiosos, em face das inovações que o Código Civil trouxe para o Direito Empresarial. Daniel nos entrega um trabalho de profundidade com forte rigor científico. Importante destacar a abrangência do estudo realizado pelo autor, merecedor de sinceros parabéns.

Estamos certos de que os leitores terão a oportunidade de extrair desta obra novos e profícuos ensinamentos, tanto para a pesquisa acadêmica como para a prática do Direito Empresarial.

CARLOS ALBERTO ROHRMANN

Professor de Direito Empresarial Virtual e
Coordenador Geral da Pós-Graduação da
Faculdade de Direito Milton Campos.

Doutor em Direito pela University of California, Berkeley.